

EM DISCUSSÃO

FGTS pode bancar seguro-desemprego

Henrique Meirelles, ministro da Fazenda, diz que Governo estuda reter parte do FGTS dos trabalhadores demitidos

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, admitiu em entrevista à imprensa ontem que existem estudos dentro do governo para o uso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) como seguro-desemprego. "Isto é algo que está em discussão. Não tem uma definição, está em fase inicial", disse ele, falando que tanto a Fazenda como o Planejamento estão tocando a questão.

A ideia é reter parte do FGTS para bancar o seguro-desemprego de trabalhadores demitidos sem justa causa. Neste momento, Meirelles disse que "não é produtivo" ficar comentando deta-



AGÊNCIA BRASIL

Henrique Meirelles disse que proposta sobre FGTS retido ainda não tem números e que estudo ainda está em análise

lhes deste tipo de medida. Passando pelas áreas técnicas e chegando ao nível dos ministros, ela será analisada e vai se

tomar uma decisão, observou o ministro. "Esta proposta não chegou com números", disse ele, destacando que tomou conhe-

cimento do conteúdo pela imprensa e pouco sabe dos detalhes técnicos da proposta.

Meirelles disse que há diversas medidas em discussão em Brasília para tentar estimular a economia, muitas em nível embrionário. "Algumas ainda não subiram para um nível em que podemos analisar e dizer se vamos seguir em frente ou não."

Eleições

Perguntado se seria candidato em 2018, Meirelles disse que não trabalha com hipóteses. "Temos que fazer as reformas fundamentais e assegurar que o Brasil volte a crescer. Este é meu foco e o que estou pensando no momento."

APOSENTADORIA

Não há proposta para reduzir idade mínima para mulheres

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse ontem que não existe nenhum estudo ou discussão dentro do governo que vise à redução da idade mínima para a aposentadoria das mulheres. "Eu li isso em algum lugar, mas não há essa discussão na agenda do governo", disse o ministro em rápida entrevista que aos jornalistas após ter participado no período da manhã em evento da Câmara Americana (Amcham).

Meirelles disse, inclusive, que conversou ontem com os secretários da pasta que cuidam

mais de perto das questões relacionadas à reforma da Previdência e essa discussão não chegou a ele.

Com relação ao impacto da crise política sobre a economia, o ministro voltou a afirmar que, na margem, ela exerce influência sobre o Produto Interno Bruto (PIB). No entanto, disse ele, esse impacto é passageiro e não altera a agenda do governo. Mas acrescentou que o quanto antes as reformas forem aprovadas, melhor será para a retomada do crescimento da economia.

DIZ MEIRELLES

"Não interessa fazer reforma que obrigue a fazer outra em 3 anos"

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, declarou ontem, que não vale a pena fazer uma reforma da Previdência que cria a necessidade de fazer outra reforma daqui a poucos anos. Ele reconheceu, porém, que dentro do quadro atual, de crise política, pode haver algumas mudanças. "Estamos discutindo isso", afirmou respondendo a pergunta da plateia em evento da Câmara Americana de Comércio (Amcham - Brasil) após fazer palestra que durou cerca de 40 minutos.

"Na minha opinião, não nos interessa fazer uma reforma que nos obrigue a fazer outra em três anos", disse ele. "Minha proposta é para que façamos uma reforma sustentável", destacou o ministro Meirelles descartou redução da carga tributária hoje no Brasil e afirmou que o governo vai conseguir cumprir a meta fiscal. "Hoje, como estamos, não há espaço para corte de impostos."

Inflação
Sobre a redução da

meta de inflação para 2019, Meirelles diz que é "uma possibilidade importante". O ministro ponderou, contudo, que não há neste momento uma pré-decisão sobre o assunto, que será deliberado em reunião do Conselho Monetário Nacional, marcada para a semana que vem. A decisão sai dia 29 de junho. Em tese, uma meta de inflação menor reduziria o espaço para cortes de juros pelo Banco Central.

Nesta segunda

Conta de água ficará em média 12,9% mais cara

A nova tarifa da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece), anunciada no último dia 26 de maio, começa a valer a partir desta segunda-feira, 26, nos 151 municípios atendidos pela empresa, incluindo Fortaleza. Com a revisão média de 12,9%, aprovada pelas agências reguladoras no Estado, o preço médio cobrado por metro cúbico (m³) pelos serviços de água e esgoto da companhia passa a ser de R\$ 3,17/m³.

Segundo o gerente de Concessão e Regulação da Cagece, João Rodrigues Neto, o reajuste leva em conta o aumento nos custos de produção e operação, agravados pela crise hídrica que o Ceará atravessa. "Na prática, a revisão significa que a Cagece vai ter a possibilidade de continuar prestando serviço, garantindo a qualidade da água e o tratamento do esgoto", comenta.

Adianta que a estrutura tarifária da Cagece funciona de forma progressiva. Os valores cobrados são definidos de acordo com a categoria e a demanda de consumo de cada cliente. Rodrigues Neto explica

151
MUNICÍPIOS NO CE
atendidos pela Cagece
terão revisão na conta,
incluindo Fortaleza

que isso significa que a tarifa torna-se mais cara à medida em que o consumo aumenta. "Esta é uma maneira da companhia garantir uma cobrança mais justa, evitar o desperdício de água tratada e subsidiar a tarifa paga pelos clientes com menor poder aquisitivo, como é o caso da tarifa social, por exemplo", diz.

Na categoria residencial, em que a faixa de consumo mensal fica acima de 50 m³, por exemplo, a tarifa do m³ de água será de R\$ 13,39 e a de esgoto R\$ 14,72. Este último valor é o mais alto da tabela. Quem se enquadra na mesma categoria, mas con-

some menos de 10 m³/mês, o valor do m³ da água cai para R\$ 3,16 e de esgoto vai para R\$ 3,49. Na categoria industrial, em caso de consumo/mês superior a 50m³, o valor do m³ sai a R\$ 12,88 e o m³ de esgoto R\$ 14,17.

A estrutura de cobrança da nova tarifa da Cagece já está no portal da companhia, no endereço: www.cagece.com.br. A revisão foi autorizada pela Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (Arce), para os municípios do interior; e pela Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle de Serviços Públicos de Saneamento Ambiental (Acfor), para Fortaleza. No caso deste reajuste, as agências reguladoras autorizaram a aplicação de revisão ordinária de 17,23% na tarifa média, mas a Cagece vai aplicar inicialmente 12,9%. O objetivo, de acordo com a companhia, é evitar um impacto financeiro maior no orçamento do cliente.

O POVO NOIVAS

CHEGOU A HORA DE CASAR

PREPARE-SE PARA O DIA MAIS INESQUECÍVEL DA SUA VIDA. A NOVA REVISTA O POVO NOIVAS JÁ ESTÁ DISPONÍVEL E TRAZ DICAS INCRÍVEIS PARA O CASAMENTO DOS SONHOS.

Confira mais informação no site opovo.com.br/revistas

Baixe o aplicativo "Revistas O POVO" gratuitamente e confira todas as nossas edições.

O POVOonline
Disponível na App Store

REVISTAS O POVO
O POVO
Vocês presentes.